

É preciso educar as mães

“É preciso educar as mães”: as revistas de educação familiar e a profissionalização da maternidade (1945-1958)

Carla Vilhena e Luís Mota

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

GRUPOEDE, CEIS20, UC, cvilhena@ualg.pt

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação
GRUPOEDE, CEIS20, UC, mudamseostempos@gmail.com

Resumo

O estudo do processo de profissionalização da maternidade, através da análise de discursos sobre a educação para a maternidade constitui o principal objetivo do presente trabalho. Nesse sentido, procedemos à análise de discursos difundidos nas revistas de educação familiar, publicadas em Portugal no período compreendido entre 1945 e 1958. Os nossos resultados permitiram verificar que a ideia difundida pelos colaboradores que escrevem nas revistas é a de que a boa mãe é aquela que segue os princípios modernos de criação e educação das crianças; tal permite a equiparação da maternidade a uma profissão e o consequente tratamento das mães como profissionais científicos de cuja ação depende o bem-estar físico e psicológico das crianças. Foi possível ainda observar, através da análise das cartas que as mães escrevem para as revistas, a adesão destas mulheres, letradas e pertencentes às classes média ou alta, à ideologia de maternidade veiculadas através das revistas de educação familiar.

Introdução

Um conceito essencial para entendermos o mundo em que vivemos é o de modernidade. Definida por Giddens (2005, p.1) como os “modos de vida e de organização social que emergiram na Europa do século XVII e que adquiriram, subsequentemente, uma influência mais ou menos universal”, adoptámos neste trabalho a visão de Wagner (1998, 2001, 2008, 2012) e a sua conceção da modernidade como um movimento que tem sofrido sucessivas transformações. A uma fase que designa de *modernidade liberal restrita* sucede-se a *modernidade organizada*, prevalecente durante a maior parte do século XX, e, a partir de finais da década de 60 do século XX, emerge a etapa que designa de *modernidade liberal alargada* (Wagner, 1998).

Apesar da divisão em sucessivas etapas, é possível identificar elementos comuns, tais como as ideias de autonomia e liberdade individual. Contudo, esta ideia de que cada indivíduo é responsável pelas suas acções, aspeto central do projeto de modernidade, vai colocar, na prática, problemas de ordem e de controlo.

Nesta aparente contradição reside o que Wagner (1998) designa de ambiguidade do discurso moderno: ao mesmo tempo que se defende a liberdade individual, refere-se a necessidade de a controlar, invocando para tal o bem comum, “categoria colectivista, que ultrapassa os indivíduos e não pode ser considerada como derivando da sua vontade” (Candeias, 2005, p. 480). Tal será facilitado pela criação de um conjunto de instituições disciplinares, tais como a escola ou a prisão, acompanhada pela promulgação de programas assistenciais cujo principal objetivo será, através da normalização, o enquadramento na nova ordem de todos os que dela estão excluídos (Ó, 2003).

Esta preocupação torna-se particularmente evidente, de acordo com Wagner (1998), durante a 1ª crise da modernidade. A percepção de que os projectos de normalização e racionalização característicos da *modernidade liberal restrita* não permitiam, por si só, conter a desfragmentação social e a individualização crescente da sociedade impõe a criação de novas formas de governo das populações (Rose, 1999), que vão caracterizar uma nova fase, a *modernidade organizada*.

A construção desta nova ordem social implica a crescente formalização e homogeneização dos comportamentos e das práticas sociais, não só aqueles que têm lugar na esfera pública, mas também os mais íntimos e rotineiros, aqueles que ocorrem na esfera privada. É, assim, promovido o que Rose (1999) designa de *social way of life* e que se traduz na tentativa de standardização de comportamentos, assente na redução de ambivalências e na produção de certezas, que transforma práticas socialmente construídas em realidades *quasi* naturais.

É de salientar, neste contexto, o papel dos peritos, que se transformam, ao longo do século XX, em elementos essenciais da governação social, uma vez que através da sua intervenção, do que Rose (1999) designa de *educação benigna* do cidadão normal, permitem a articulação entre os objetivos políticos e o comportamento dos indivíduos. O conhecimento produzido pelos peritos invade assim todos os aspetos da vida social, mesmo aqueles mais íntimos e privados, estando na base do domínio cognitivo da sociedade (Wagner, 1998).

Uma das áreas onde é visível esta crescente intervenção dos peritos, ao longo do século XX, é a maternidade. Neste período assiste-se a uma desvalorização do instinto maternal, considerado insuficiente para a produção de mentes sãs e corpos robustos, e as mães são encorajadas a educar-se, a incorporar no seu quotidiano os conhecimentos produzidos pelos peritos da infância.

Neste contexto, a geração, criação e educação das crianças começa a ser entendida como uma tarefa complexa, pela qual as mães são responsabilizadas, e para a qual se devem preparar antecipadamente, procurando seguir os preceitos científicos necessários para assegurar que o seu filho se transformará num adulto saudável, socialmente integrado e feliz (Allen, 2005; Apple, 2006; Hardyment, 2008; Hays, 1996; Lewis, 1997; Litt, 2000; Knibiehler, 2000). Para tal também terá contribuído a emergência de novas especialidades que elegem a criança como objeto de estudo e de intervenção (A. G. Ferreira, 2000, Hardyment, 2008), designadamente a obstetrícia (Carneiro, 2008), a pediatria (Boltanski, 1977; Carneiro, 2008; Knibiehler, 2000; M. M. Ferreira, 2000) e, mais tarde, a psicologia do desenvolvimento (Beatty, Cahan & Grant, 2006; Cahan, 2006; Hollway, 2006; Hulbert, 2004; Rose, 1999a).

Em Portugal, a intervenção a favor da infância, que tem como principal alvo as mães, ganha uma maior expressão a partir de 1920-1930, momento a partir do qual, segundo M. M. Ferreira (2000, p. 89), se assiste “a uma progressiva divulgação e difusão mais alargada do saber médico que, num movimento de denúncia e pressão social, procura articular as problemáticas da saúde com a educação para os cuidados físicos, higiénico-sanitários, etc.”.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX surgem diversos dispositivos oficiais, tais como a *Defesa da Família* (1935), a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (1936), o *Instituto Maternal* (1943) ou o *Instituto de Assistência à Família* (1945), que têm como principal objetivo a proteção da infância, quer de uma forma direta, através da assistência materno-infantil, quer indireta, através da educação das mães.

Às iniciativas oficiais somam-se, no campo da educação para a maternidade, iniciativas oriundas da sociedade civil, de que as revistas de *educação familiar*, são um exemplo. Tendo como principal função, como afirma Nóvoa (1993), a educação dos pais e a regulação das práticas educativas no seio da família este tipo de revistas constitui, do nosso ponto de vista, uma fonte privilegiada para a análise dos discursos acerca da maternidade. Para além de atingirem um público mais vasto do que, por exemplo, os manuais acerca da criação e educação das crianças, uma que vez que são economicamente mais acessíveis, são compostas por um conjunto heterogéneo de textos, tais como excertos de livros sobre a geração, criação e educação das crianças, artigos temáticos escritos por peritos, sobretudo médicos e pedagogos, artigos escritos por jornalistas que, invocando a condição de mães, partilham a sua experiência de maternidade e cartas escritas pelas mães, o que nos permite aceder a uma multiplicidade de vozes e de discursos.

É precisamente a análise dos discursos acerca da educação para a maternidade veiculados nas revistas de *educação familiar*, no período compreendido entre 1945 e 1958, que constitui o principal objetivo do trabalho que aqui se apresenta. Mais concretamente, é nosso propósito caracterizar, por um lado, os discursos produzidos pelos colaboradores das revistas, entendidos como uma elite

simbólica (Van Dijk, 2006), no sentido em que são considerados aqueles que numa determinada área mais têm a dizer, e, por outro, ao discurso das mães, que escrevem para as revistas relatando os seus problemas, possibilitando-nos assim aceder, embora de uma forma indirecta e circunscrita a um grupo minoritário de mulheres, à experiência concreta da maternidade.

De forma a seleccionarmos as fontes utilizadas na realização deste trabalho recorremos ao *Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino* (Nóvoa, 1993), utilizando os seguintes critérios de selecção: (1) estar incluída na subcategoria *Educação Familiar*; e, (2) ser publicada ao longo de todo o intervalo de tempo estudado. Foram assim seleccionadas as seguintes revistas: *Os Nossos Filhos* (1942-1964) e *Saúde e Lar* (1944-1987).

Depois de seleccionadas as fontes, o passo seguinte consistiu na constituição do corpus documental. Foram seleccionados 84 números de cada uma das revistas, seis por ano, que foram alvo de uma leitura geral, de forma a identificar os artigos que constituiriam o *corpus* documental. Aplicou-se um critério temático, seguindo a divisão proposta por A. G. Ferreira (2000), tendo sido seleccionados os textos que tinham como tema a geração, a criação e/ou a educação das crianças em idade pré-escolar, o que correspondeu a um total de 628 textos (*Os Nossos Filhos*, $n=475$; *Saúde e Lar*, $n=153$), dos quais 79 (12,6%) eram cartas escritas por mães (*Os Nossos Filhos*, $n=73$; *Saúde e Lar*, $n=6$).

Resultados

A importância atribuída socialmente à infância, considerada uma “contribuição pessoal para a prosperidade da humanidade” (Anónimo, 1953, p. 17), transforma a educação das crianças numa questão que transcende o âmbito familiar e que deve ser assumida por toda a sociedade. Sendo a mãe considerada a principal responsável pela criação e educação das crianças em idade pré-escolar os autores vão interessar-se pela forma como as mulheres exercem a função maternal, intervindo numa área considerada, tradicionalmente, do foro privado.

Análise do discurso dos colaboradores das revistas

Tendo como característica comum o desconhecimento dos modernos métodos de criação e educação, do papel que a ciência desempenha no “alívio do sofrimento de todos” (Vasco, 1945, p. 2), as mães são classificadas pelos colaboradores que escrevem nas revistas de *educação familiar* como ignorantes e responsabilizadas pelos problemas que atingem a infância, designadamente a mortalidade infantil e a deficiente educação, consideradas as *tragédias da infância*¹. É de salientar que estes eram considerados problemas com um carácter universal, no sentido em que atingiam todas as crianças, ou seja, não só aquelas pertencentes a “meios de escassos recursos” (Picard, 1953, p. 14), mas também as que “nascidos em berços de ouro, se criam abandonados por mães frívolas e inconscientes, entregues a criadas ignorantes; ou são, pelas próprias mães, pessimamente, ‘deseducados’” (Anónimo, 1947a, p. 24).

Identificados os problemas, assim como as suas causas, tornava-se necessário encontrar uma solução. Se a sua origem residia na ignorância e na negligência das mães, tornava-se necessário educar a mulher, preparando-a condignamente “para o bom desempenho da sua missão social, que não se restringe à maternidade física, mas se alarga a todos os campos – espiritual, intelectual, moral e económico” (Costa, 1945, p. 1).

¹ Título de um conjunto de artigos da autoria de Vítor Fontes, publicados na revista *Os Nossos Filhos*

A ênfase na ignorância/incapacidade das mulheres para educarem os seus filhos, acompanhada muitas vezes pela descrição das terríveis consequências que advinham da sua falta de preparação para o exercício da função maternal, que deveria ter por base os mais modernos conhecimentos científicos sobre a criança, surge como um argumento persuasor da necessidade das mães se educarem, equiparando a maternidade a uma profissão.

Uma estratégia persuasiva, no sentido de persuadir as mães a educarem-se, utilizada pelos colabores que escreviam nas revistas de *educação familiar* era a valorização do papel desempenhado pela ciência na resolução dos problemas da infância. Salientavam-se quer os benefícios trazidos pelo desenvolvimentos da ciência não só para os problemas relacionados com a saúde e o desenvolvimento físico das crianças - "É facto conhecido que o desenvolvimento da bacteriologia, da bioquímica e da dietética, fez desaparecer muitos dos problemas trazidos às clínicas infantis" (Dias, 1952, p. 4) - mas também com a sua educação e desenvolvimento psicológico: "a educação científica (...) desembaraça a criança dos seus recalamentos, das fugas psíquicas, das fixações complexuais e visa também, a uma libertação que conduz à verdadeira liberdade" (Robin, 1957, p. 5).

Estamos, assim, perante a defesa de uma ruptura com o passado, a tentativa de imposição de uma nova racionalidade, que implica que a educação das mães passe a ter por base a ciência e que, consequentemente, a confiança das mulheres nos sistemas informais de aconselhamento (as tão referidas vizinhas, parentes e comadres) seja transferida para os sistemas periciais e, mais do que isso, que as mães se transformem, elas próprias, em especialistas da infância. A aquisição de conhecimentos num vasto conjunto de áreas, desde a higiene à psicologia, condição essencial para que a criação e educação das crianças se faça "em harmonia com os princípios da experiência e da prática científica" (Correia, 1948, p. 10), transforma-se, assim, numa das tarefas que uma mãe moderna deve realizar, se deseja que os seus filhos se transformem em adultos saudáveis, equilibrados e felizes.

Dirigidas a mães letradas, das classe média ou alta, consideradas capazes, pelos colaboradores das revistas, de encetarem um processo de auto-educação, que não dispensa contudo, em situações específicas, de que a alimentação é o mais paradigmático exemplo, o contato direto com os peritos, estas mães, não só eram persuadidas da necessidade de se preparem para o exercício da função maternal, como anteriormente referido, como lhes eram indicadas um conjunto de estratégias a utilizar para adquirirem o conhecimento científico necessário para bem criarem e educarem os seus filhos.

Uma das estratégias que as mães poderiam utilizar para "adquirir os conhecimentos necessários para saber criar e educar" (Anónimo, 1948a, p. 11) seria a leitura de textos produzidos por peritos. Neste sentido, as mães são aconselhadas a ler livros de puericultura - "a Mãe, que não possui nenhuma preparação especial, teve o bom senso de comprar e ler os melhores livros de puericultura" (Anónimo, 1945b, p. 15) - e as revistas de *educação familiar*. É de realçar que através da leitura das revistas as mulheres tinham acesso a uma informação generalista, veiculada nos artigos temáticos sobre os diferentes aspectos da geração, criação e educação das crianças, mas também, se fosse esse o seu desejo, a informações mais precisas, que seriam obtidas nas respostas às cartas que escreviam a descrever os problemas concretos com que se deparavam quotidianamente.

Contudo, o conhecimento adquirido através deste tipo de fontes era considerado insuficiente, uma vez que na sua grande maioria dizia respeito a uma criança abstracta, normal, e não contemplava, por esse motivo, as diferenças individuais. Como explica a enfermeira Maria Palmira Tito de Morais, em resposta a uma carta escrita por uma mãe: "A literatura de divulgação de puericultura aborda

generalidades, não pode atender a toda as variações possíveis, às diferenças individuais que facilmente se encontram” (Morais, 1949, p. 10). Este seria o argumento utilizado pelos autores para alegar que este tipo de informação não podia, nunca, substituir o contato direto com os peritos, sobretudo com o médico, “responsável representante da ciência” (Castro, 1955, p. 7), que se devia iniciar antes da concepção, com a realização de um exame pré-nupcial, e manter-se-ia, pelo menos, de uma forma regular, durante toda a infância.

A consulta médica era considerada um momento privilegiado de transmissão dos modernos preceitos de geração, criação e educação das crianças, mas também de monitorização e vigilância das práticas educativas das mães, como é visível no excerto que a seguir se transcreve:

levá-lo [ao filho] com regularidade, sempre que isso for possível, ao médico (...) que, verificando o que se passa com a criança, pode dar à mãe a certeza de estar a agir bem ou aconselhar a tempo o que deve a passar fazer, ou evitar, para bem do ser que está criando e do qual é responsável. (Dias, 1954, p. 11)

O argumento acima referido, da necessidade de atender às diferenças individuais, aparece relacionado com um discurso acerca do respeito pelos ritmos individuais de desenvolvimento, sendo utilizado para persuadir as mães a procederem ao “estudo atento do seu filho” (Anónimo, 1947b, p. 24) e que tem implícita a equiparação das mães a especialistas da infância.

As mulheres eram incitadas a observar e a analisar quotidianamente o comportamento das crianças, por se considerar que só assim poderiam: adequar a sua ação educativa ao nível de desenvolvimento em que o seu filho se encontrava, elemento particularmente importante numa época em que predominava uma visão maturacionista do desenvolvimento e em que qualquer tipo de precocidade era fortemente condenado; compreender o porquê de alguns comportamentos da criança, designadamente aqueles considerados mais atípicos ou desadequados; e, por último, para detetar qualquer desvio no processo de desenvolvimento, qualquer atraso, situação em que era aconselhada a recorrer imediatamente a um especialista.

Estamos assim perante um discurso que tem subjacente a ideia de que uma *boa mãe* é aquela que se prepara adequadamente para o exercício da função maternal, que se educa, mas também, que observa quotidianamente o seu filho, que o estuda, vigia o seu desenvolvimento, transformando-se, desta forma, numa profissional da maternidade.

A profissionalização da maternidade torna-a especialmente atrativa para as mulheres das classes média e alta que vêem assim valorizado o seu papel na criação e educação das crianças (Hulber, 2004). É precisamente sobre a análise do discurso das mães que nos debruçaremos no ponto seguinte.

Análise do discurso das mães

Embora tenhamos consciência de que a análise das cartas escritas pelas mães nos permite aceder apenas ao discurso de um grupo reduzido de mulheres, que têm em comum o facto de serem alfabetizadas e de pertencerem às classes mais favorecidas, consideramos que nos pode facultar dados que contribuirão para a compreensão do impacto do discurso dominante acerca da maternidade no discurso produzido pelas mães.

Em primeiro lugar, gostaríamos de realçar a confiança que as mulheres que escreviam para as revistas de *educação familiar* depositavam nos peritos, considerados a fonte mais segura para obter informações acerca de como proceder para gerar, criar e educar os seus filhos. Como escreve uma mãe: “Quanto às pessoas amigas, que sabem elas mais do que eu? O que eu preciso, o que agradeço, é um conselho autorizado” (Anónimo, 1947c, p. 24).

A procura de informação é, precisamente, um dos principais objetivos das mães, quando escreviam para as revistas, colocando questões acerca dos mais variados temas, desde os cuidados de saúde – “Qual a idade em que a devo vacinar contra o garrotilho e a coqueluche?” (Anónimo, 1947d, p. 24) - à educação: “Em que idade devo dar ao meu filho uma atividade construtiva e em que pode ela consistir?” (Anónimo, 1952, p. 7).

A ideia da necessidade de uma preparação específica também parece ser bem acolhida por estas mães que, para além de lerem as revistas, solicitavam ainda a indicação de outras fontes de informação: “Peço-lhe que me indique alguns livros, escritos em inglês ou francês, sobre cuidados aos bebés” (Anónimo, 1949, p. 10).

Através da análise dos discursos produzidos pelas mães é possível também observar a adesão a outras componentes do discurso produzido pelos colaboradores das revistas de *educação familiar*, tais como a necessidade de consultar periodicamente o médico – “tenho-o sempre vigiado pelo médico” (Anónimo, 1946b, p. 24) – de proceder ao estudo atento da criança – “hoje começo a preocupar-me um pouco com a minha filha. Observo-a, estudo-a” (Anónimo, 1958, p. 3) – ou à avaliação do seu desenvolvimento – “Peço que publique uma tabela da estatura, e diga com que intervalo de tempo e de que maneira se devem medir as crianças” (Anónimo, 1948b, p. 10). É ainda de realçar a preocupação manifestada em seguir as regras científicas de criação e educação das crianças divulgadas nas revistas analisadas: “Tenho seguido, para o meu Bebê, os horários publicados em ‘Os Nossos Filhos’” (Anónimo, 1957, p. 4).

Apesar da análise dos discursos produzidos pelas mães nos permitir afirmar que estas mulheres integram o discurso dominante, ou pelo menos algumas componentes deste, não podemos deixar de referir outros aspetos mencionados nos textos analisados e que nos levam a afirmar que apenas uma pequena parte das mães portuguesas acede a este ideal de maternidade e o interioriza.

Em primeiro lugar, a elevada taxa de analfabetismo que impede que grande parte das mulheres portuguesa tenha acesso a este tipo de discurso; como é referido, curiosamente, na recensão crítica a uma obra, da autoria da médica Custódia do Vale, intitulada *A Higiene, A criança e o conforto do Lar* e cujo público-alvo são as mulheres do povo: “Só encontramos um senão nesta obra – senão que não lhe pertence: é que não possa ser lida por todas as mulheres rurais, pela simples e triste razão de que a maioria não sabe ler” (Anónimo, 1945a, p. 4).

As dificuldades no acesso aos peritos, fontes privilegiadas de transmissão das técnicas modernas de criação e educação dos meninos e também de monitorização e vigilância do comportamento das mães, testemunhadas pelas mães – “Vivo numa aldeia onde não há médico, por isso ainda não fiz observar o meu pequenino” (Anónimo, 1946a, p. 24) – e pelos colaboradores das revistas, também poderá ser considerado um obstáculo à difusão deste modelo de maternidade.

Por último, é ainda de referir a existência de movimentos de resistência por parte de algumas mulheres em aderir a esta conceção de maternidade ou, pelo menos, a alguns dos seus componentes, como é visível no relato do diretor do Dispensário do Funchal, acerca da adesão às atividades aí desenvolvidas: “A dificuldade maior que temos tido é convencer as mães a trazerem as

crianças ao Dispensário no dia indicado, para a observação periódica, pois, ainda hoje, muitas faltam, alegando que a criança não estava doente no dia indicado” (Gouvêa, 1951, p. 16).

Conclusão

Podemos, então, concluir, pelo que foi atrás exposto que os colaboradores das revistas de *educação familiar* tentam contribuir para a difusão de uma nova racionalidade, para uma nova forma de exercer a função maternal. Responsabilizando as mães pela criação e educação das crianças, mas, simultaneamente, salientando a sua incapacidade, argumento legitimador da intervenção dos peritos no campo da maternidade, estes defendem que as mães devem preparar-se, educar-se, contribuindo assim para a equiparação da maternidade a uma profissão. Apesar de bem acolhida pelas mães que escrevem para as revistas, este discurso acerca da maternidade pode ser considerado, no período analisado, como uma *representação imaginária* (Fairclough, 2003), no sentido em que retrata algo que se pretende que aconteça, mas que, na realidade, ainda parece estar restrito a um grupo reduzido de mulheres.

Referências

- Allen, A. T. (2005). *Feminism and motherhood in modern Europe, 1890-1970*. New York: Palgrave Macmillan Press.
- Anónimo (1958, outubro). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 3.
- Anónimo (1957, junho). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 4.
- Anónimo (1953, março)... e Lar. *Saúde e Lar*, 17.
- Anónimo (1952, julho). Sem título [carta ao editor]. *Saúde e Lar*, 7.
- Anónimo (1949, outubro). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 10.
- Anónimo (1948a, janeiro). Promete a ti própria, Mãezinha! *Os Nossos Filhos*, 11.
- Anónimo (1948b, janeiro). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 10.
- Anónimo (1947a, Setembro). Conselhos da avozinha: Da vida e das pessoas. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1947b, julho). Os teus problemas, mãezinha: Da educação das crianças e dos adolescentes. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1947c, maio). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1947d, abril). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1946a, dezembro). Sem título. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1946b, agosto). Sem título [carta ao editor]. *Os Nossos Filhos*, 24.
- Anónimo (1945a, novembro). Sem título. *Os Nossos Filhos*, 4.
- Anónimo (1945b, maio). O menino dorme... *Os Nossos Filhos*, 15.
- Apple, R. D. (2006). *Perfect motherhood: Science and childrearing in America*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Beatty, B., Cahan, E. D., & Grant, J. (2006). Introduction. In B. Beatty, E. D. Cahan, & J. Grant (Eds.), *When science encounters the child: Education, parenting and child welfare in the 20th-century America* (pp. 1-15). New York: Teachers College Press.
- Boltanski, L. (1977). *Prime education et morale de classe*. Paris: EHESS.
- Cahan, E. D. (2006). Towards a socially relevant science: Notes on the history of child development research. In B. Beatty, E. D. Cahan, & J. Grant (Eds.), *When science encounters the child: Education, parenting and child welfare in the 20th-century America* (pp. 16-34). New York: Teachers College Press.
- Candeias, A. (2005). Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal. *Análise Social*, XI(176), 477-498.
- Carneiro, M. (2008). *Ajudar a nascer: Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (século XV-1974)*. Porto: Universidade do Porto.
- Castro, C. C. (1955, fevereiro). Papel da enfermeira no parto sem medo, parto sem dor. *Os Nossos Filhos*, 6-7.
- Correia, A. (1948, julho). A criança e as superstições. *Os Nossos Filhos*, 10.
- Costa, M. E. (1945, novembro). A mulher educadora. *Os Nossos Filhos*, 1.

- Dias, M. T. F. (1954, dezembro). Atenção ao bebé. *Saúde e Lar*, 10-11.
- Dias, M. T. F. (1952, julho). Como tratar bem um bebé. *Saúde e Lar*, 4-6.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Ferreira, A. G. (2000). *Gerar, criar, educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto.
- Ferreira, M. M. (2000). *Salvar os corpos, forjar a razão: Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social, 1880-1940*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Giddens, A. (2005). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Gouvêa, J. E. (1951, julho). A acção social do Dispensário de Higiene Infantil do Funchal. *Os Nossos Filhos*, 16.
- Hardyment, C. (2008). *Dream babies: Child care advice from John Locke to Gina Ford*. London: Frances Linclon.
- Hays, S. (1996). *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press.
- Hollway, W. (2006). Family figures in the 20th-century British 'psy' discourses. *Theory & Psychology*, 16(4), 443-464.
- Hulbert, A. (2004). *Raising America: Experts, parents and a century of advice about children*. New York: Vintage Books.
- Knibiehler, Y. (2000). *Histoire des mères et de la maternité en Occident*. Paris: PUF.
- Lewis, J. (1997). Mother's love: The construction of emotion in nineteenth century America. In R. D. Apple, & J. Golden (Eds.), *Mothers and motherhood: Readings in American History* (pp. 52-71). Columbus: Ohio State University Press.
- Litt, J. S. (2000). *Medicalized motherhood: Perspectives from the lives of African-American and Jewish women*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Morais, M. P. T. (1949, abril). Consultório. *Os Nossos Filhos*, 10.
- Nóvoa, A. (Ed.) (1993). *Imprensa de educação e ensino, repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Ó, J. R. (2003). *O governo de si: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- Picard (1953, novembro). Serviços de auxílio à mãe. *Os Nossos Filhos*, 14.
- Robin, G. (1957, novembro). A higiene mental e os primeiros princípios da educação. *Saúde e Lar*, 4-5.
- Rose, N. (1999a). *Governing the soul: The shaping of the private self*. London: Free Association Books.
- Rose, N. (1999b). *Powers of freedom: Reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Dijk, T. A. (2006). Discourse and manipulation. *Discourse & Society*, 7(2), 359-383.
- Vasco, G. B. (1945, março). O que se não deve fazer. *Saúde e Lar*, 2-3.
- Wagner, P. (2012). *Modernity: Understanding the present*. Cambridge: Polity Press.
- Wagner, P. (2008). *Modernity as experience and interpretation: A new sociology of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Wagner, P. (2001). *Theorizing modernity*. London: Sage.
- Wagner, P. (1998). *A sociology of modernity: Liberty and discipline*. London: Routledge.